

PROPOSTAS DE MELHORIAS DAS AUDITORIAS EM CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

AÇÕES RECOMENDADAS
PELO PROJETO
USTDA - DAP - IRB - ATRICON



ANÁLISE EX ANTE DO PROBLEMA

Conforme evidenciado no Acordo de Cooperação Técnica com a USTDA, o Sistema Tribunais de Contas possui uma problemática comum relacionada às fiscalizações das contratações públicas



PROPOSTAS DE SOLUÇÕES

Considerando as recomendações dadas no relatório da tarefa 3 do Projeto USTDA-IRB

Instituto Rui Barbosa - IRB
Comitê Técnico de Estudos e Sistematização da
Administração Pública

PROPOSTAS DE MELHORIAS DAS AUDITORIAS EM CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

**AÇÕES RECOMENDADAS PELO PROJETO
USTDA - DAP - IRB - ATRICON**

Brasília, 2024

Instituto Rui Barbosa - IRB

Comitê Técnico de Estudos e Sistematização da Administração Pública

Redação

Conselheiro Ivan Lelis Bonilha – Vice-presidente de Relações Institucionais do IRB
Conselheiro Reginaldo Parnow – Presidente do CTSAP IRB
Auditora Crislayne Cavalcante – TCE/PR
Auditor Livio Fonazieri – TCM/SP

Revisão de conteúdo – Núcleo de Coordenação do Projeto USTDA- IRB

Conselheiro Substituto José Maurício de Andrade Neto – TCE/PR
Auditora Liliana Santos – TCE/PR
Assessora Dacicleide Cunha – TCE/AP

Apoio técnico

Decision Analisys Partners

Projeto gráfico e Diagramação

João Victor Dourado
Publidaeias Serviços Editoriais e Consultoria

Revisão Linguística e Normalização

Carla Honorato
Publidaeias Serviços Editoriais e Consultoria

Copyright© 2024 by Instituto Rui Barbosa

Todos os direitos desta edição reservados ao Instituto Rui Barbosa. Nenhuma parte desta obra pode ser utilizada ou reproduzida, nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem prévia e expressa autorização.

Texto revisado segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Impresso no Brasil, 2024.

Instituto Rui Barbosa - IRB

Diretoria 2024-2025

Presidente

Edilberto Carlos Pontes Lima

Vice-Presidentes

Ivan Lelis Bonilha

Vice-presidente de Relações Institucionais

Mario Manoel Coelho de Mello

Vice-presidente de Desenvolvimento Institucional

Sebastião Helvecio Ramos de Castro

Vice-presidente de Ensino Pesquisa e Extensão

Inaldo da Paixão Santos Araújo

Vice-presidente de Auditoria

Cristiana de Castro Moraes

Vice-presidente de Desenvolvimento e Políticas Públicas

Primeiro Secretário

Alexandre Postal

Segundo Secretário

Fabício Macedo Motta

Tesoureiro

Severiano José Costandrade de Aguiar

Relações Institucionais

Antonio José Costa de Freitas Guimarães

Francisco José Brito Bezerra

Gilberto Pinto Monteiro Diniz

José Carlos Novelli

Ranilson Brandão Ramos

Desenvolvimento Institucional

André Clemente Lara de Oliveira
Domingos Augusto Taufner
Fábio Túlio Filgueiras Nogueira
Joaquim Washington Luiz de Oliveira
José Nei Alberton Ascari

Ensino, Pesquisa e Extensão

Felipe Galvão Puccioni
Jailson Viana de Almeida
Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins
Ricardo Ezequiel Torres
Saulo Marques Mesquita

Auditoria

Algir Lorenzon
André Luiz de Matos Gonçalves
Joaquim Kennedy Nogueira Barros
Naluh Maria Lima Gouveia
Ronaldo Nascimento de Sant'Anna

Desenvolvimento e Políticas Públicas

Rholden Botelho de Queiroz
Rodrigo Melo do Nascimento
Rodrigo Siqueira Cavalcante
Rosa Egídia Crispino Calheiros Lopes
Susana Maria Fontes Azevedo Freitas

Conselho Fiscal

Carlos Thompson Costa Fernandes
Celmar Rech
José Valdomiro Távora de Castro Júnior
Luiz Eduardo Cherem
Maria Elizabeth Cavalcante de Azevedo Picanço

Suplentes do Conselho Fiscal

Cilene Lago Salomão
Estilac Martins Rodrigues Xavier
Fernando Ribeiro Toledo
Inácio Magalhães Filho
Patrícia Lúcia Mendes Saboya

Equipe Técnica

2024 - 2025

Coordenador-Geral

Juraci Muniz Júnior

Gerente Supervisora

Izabelli Lima

Gerente Financeira

Adriana Maria Pinheiro de Almeida

Gerente Administrativa e Planejamento

Sandra Valéria de Moraes Santos

Gerente de Políticas Públicas

Ana Perpétua Ellery Corrêa

Assessoria Técnica

Alisson Sousa Maciel

Fernanda Ferreira Aguiar

Geovana dos Santos Teixeira Ferreira

Iolanda Píancó Amorim

Lia Skaty Pinheiro

SUMÁRIO

1 VISÃO GERAL	9
1.1 HISTÓRICO E DIAGNÓSTICO	9
2 ANÁLISE EX ANTE DO PROBLEMA	12
3 PROPOSTAS DE SOLUÇÕES	15
4 COORDENAÇÃO COM OUTROS ATORES	17
5 TRIBUNAIS DO PROJETO PILOTO	23
ANEXOS	24
ANEXO 1 - RESUMO EXECUTIVO DAS PROPOSTAS	24
ANEXO 2 - DOCUMENTOS DO PROJETO IRB/USTDA	25

1 VISÃO GERAL

1.1 HISTÓRICO E DIAGNÓSTICO

O Projeto de criação de uma Rede de Auditoria de *Best Value* em Contratações Públicas surgiu como recomendação da consultoria recebida pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica entre IRB e a USTDA, com apoio da ATRICON e CNPTC, cujo objetivo era o aperfeiçoamento das auditorias de contratações públicas no Brasil.

O diagnóstico realizado pela empresa de consultoria, utilizando a metodologia PANA - Avaliação das necessidades de Auditoria de Contratações Públicas¹, identificou a seguinte situação, que ora constam no Quadro 1:

Quadro 1 - Situações identificadas pela Consultoria utilizando a metodologia PANA

Pressupostos para a consultoria	Avaliação PANA	RECOMENDAÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoamento de auditoria de <i>best value</i> nas contratações. • Nova lei de licitações e reflexos nos Tribunais de Contas (TCs). 	<p>PANA - AUDITORIA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ambiente jurídico brasileiro propício para contratações de <i>best value</i>. • Exigências da nova lei em aplicação de normas de auditoria. • Necessidade de os TCs melhorarem sua capacidade institucional e operacional para a mudança. • Necessidade de revisão dos Manuais de Auditoria para contemplar: 	<p>PARA O IRB: Metas programáticas</p> <p>1. Desenvolvimento de Competências e Capacidades Profissionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar capacitações • Formular um quadro nacional de competências profissionais

¹ Metodologia desenvolvida para levantar as necessidades de aperfeiçoamento das auditorias que inclui análise de documentos e normativos, apresentações da forma de fiscalização de contratações públicas pelos Tribunais; entrevistas estruturadas; realização de *workshops* e análise de dados.

<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de automatização dos procedimentos de auditoria. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mudanças da Lei 14.133. • Riscos nas contratações públicas: formas de identificação. • Auditoria de contratações públicas. <ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos para identificação e encaminhamento de fraudes. • <i>Best value</i> nas contratações públicas e nas auditorias. <ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento das recomendações. • Adesão parcial das normas internacionais de auditoria e falta de uniformidade dos trabalhos: <ul style="list-style-type: none"> • Não transferência do conhecimento do TCU aos demais TCs. • Necessidade de ampliação de auditorias das execuções contratuais. • Ausência de avaliação das necessidades de treinamentos pelos Tribunais. • Necessidade de capacitação de todos os auditores em relação à: <ul style="list-style-type: none"> • Nova Lei de licitações • Normas de Auditoria • Auditoria de <i>Best Value</i> e baseada em riscos • Identificação de fraudes <ul style="list-style-type: none"> • Análise de dados e TI • Métodos LCCA e PSC • Necessidade de cooperação e melhoria dos sistemas informatizados para uma abordagem baseada em dados. • Necessidade de ambiente de partilha de dados e interfaces para o auditor. <ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de adoção de sistemas de gestão de informações de auditoria de <i>best value</i> em maior colaboração entre os TCs. 	<ul style="list-style-type: none"> • Formular diretrizes e caminhos para o desenvolvimento de competências profissionais. <p>2. Gestão da Informação e do conhecimento</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produção, mapeamento, coleta, compartilhamento e disseminação de conhecimentos e informações relacionadas à auditoria de <i>best value</i>. <p>3. Desenvolvimento e Adoção de Padrões Profissionais para Auditoria Externa</p> <p>4. Pesquisa e inovação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de comissões temáticas, simpósios e plataformas para debates de especialistas centrados em temas relevantes para os tribunais de contas e a incorporação das melhores práticas na matéria. <p>5. Promoção da integração dos Tribunais de Contas</p> <p>Metas corporativas</p> <p>6. Governança e Gestão</p> <p>7. Tecnologia da Informação e Comunicação</p> <p>8. Relações Institucionais</p> <p>9. Gestão de Pessoas e Conhecimento Organizacional</p> <p>10. Comunicação, Imagem e reputação institucional</p> <p>PARA OS TCS - MELHORIA DAS AUDITORIAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adoção integral das NBASPs e Manuais de Auditoria. • Adoção de protocolos de identificação de fraudes. <ul style="list-style-type: none"> • Uniformização dos procedimentos para encaminhamentos de fraudes às autoridades responsáveis. • Definição de procedimentos para e realização do monitoramento de recomendações. • Treinamento em auditoria de <i>best value</i> em contratações públicas e realização de avaliação anual das necessidades de treinamento.
--	---	--

	<p style="text-align: center;">PANA - ORGANIZAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de maior estrutura para o IRB alcançar o objetivo de orientação, liderança e coordenação. “Falta de uma entidade central encarregada de promover a capacitação e integração e incentivar o uso de normas”. • Duplicação de esforços dos TCs nas/os: <ul style="list-style-type: none"> • políticas, diretrizes e procedimentos de auditoria. • desenvolvimentos de sistemas de Gestão de informação. • treinamentos e capacitações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de sistemas de TI, baseado em dados, para apoio às auditorias. <p style="text-align: center;">FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO - PARA O IRB:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processo de coordenação para promoção das normas de auditoria: <ul style="list-style-type: none"> - Ter equipe com dedicação exclusiva. - Ampliar estrutura e recursos no planejamento estratégico do IRB. • Compromisso contínuo com a reforma: <ul style="list-style-type: none"> - Curto prazo: atualização dos manuais, treinamentos e modernizar sistemas de gestão da informação. - Longo prazo: mudança dos planejamentos estratégicos, projetos de reforma e mudança das auditorias. <ul style="list-style-type: none"> • Programas de sensibilização pública: <ul style="list-style-type: none"> - Transparência e prestação de contas dos TCs. - Envolver ativamente os cidadãos e seus representantes no Congresso Nacional, nas assembleias legislativas estaduais, nas câmaras municipais, na sociedade civil e na mídia, em seus esforços de modernização das auditorias de contratações. <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento coordenado ou em cooperação de sistemas de informação baseado em dados de apoio às auditorias. • Mitigação dos riscos de modernização das auditorias de contratações públicas (ver relatório da tarefa 3).
--	--	---

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Após as recomendações, a consultoria desenvolveu um Manual de Auditoria das Contratações Públicas, baseado na GUID5280 e com orientações adicionais relacionadas às necessidades de modernização das auditorias mapeadas na avaliação PANA. E, somado a este produto, foi realizada uma Semana Nacional de Capacitação em Auditoria das Contratações Públicas que abordou: mudanças da nova lei de licitações relacionadas aos Tribunais de Contas; diagnóstico dos sistemas de apoio às auditorias e abordagem baseada em dados; Manual de Auditoria das Contratações; gestão de mudanças para a modernização das auditorias de contratações públicas; contratações de *best value*; identificação de fraudes.

A participação de representantes de todos os Tribunais de Contas do Brasil na Semana de Capacitação contribuiu, além do desenvolvimento de competências profissionais, para a coleta de sugestões e propostas de ações para o IRB colaborar ainda mais para o aperfeiçoamento das auditorias de *best value* nas contratações públicas no Brasil.

Assim, com base nos produtos da consultoria e sugestões colhidas pelos Tribunais de Contas, o Núcleo de Coordenação do Acordo IRB-USTDA apresenta este Projeto de criação de uma Rede de Auditoria de *Best Value* em Contratações Públicas.

A visão a longo prazo deste projeto é criar estratégia de gestão do conhecimento em auditoria de contratações públicas, com identificação de informações necessárias às auditorias que possibilitem o desenvolvimento, no longo prazo, de sistemas de auditoria com abordagem baseada em dados, e o compartilhamento do conhecimento sobre riscos de não desempenho das contratações públicas e das *red flags* ou riscos de fraudes.

2 ANÁLISE EX ANTE DO PROBLEMA

Conforme evidenciado no Acordo de Cooperação Técnica com a USTDA, o Sistema Tribunais de Contas possui uma problemática comum relacionada às fiscalizações das contratações públicas no Brasil, a saber:

- **Auditoria de *best value*:** insuficiência de trabalhos com o objetivo de agregar valor e aperfeiçoar a administração pública brasileira, isto é, com foco em *best value*, bem como ausência de aplicação de critérios de *best value* pelos Tribunais de Contas nas fiscalizações de contratações públicas e ausência de previsão destes critérios nos Manuais de auditoria.
- **Implementação de Normas profissionais:** ausência de padrão entre os Tribunais de Contas nas fiscalizações de contratações públicas e não aplicação dos padrões profissionais internacionais (IFPP e NBASP).
- **Protocolos de detecção de fraude:** ausência de critérios para identificação de fraudes nos Manuais de auditoria de contratações dos Tribunais de Contas brasileiros.
- **Problemas relacionados à TI:** necessidade de identificar dados e base de dados para fazer análises de contratações públicas, e criação de soluções coordenadas em TI de apoio à fiscalização das contratações; ausência de uniformização das tipologias usadas pelos Tribunais de Contas para identificação de riscos nas contratações públicas.

- **Capacitação e treinamento:** ausência de uniformização nos treinamentos em auditorias de contratações públicas, e necessidade de capacitação em normas de auditoria do setor público, detecção de fraude, auditoria de *best value* e *data analysis*; insuficiência de docentes em auditoria do setor público no Brasil.
- **Entidade coordenadora nacional:** ausência de entidade nacional com *enforcement*. Ausência de estrutura permanente do IRB e orçamento para grandes projetos. A ISC do Brasil não exerce o papel de compartilhamento de informações sobre métodos de fiscalização oriundos de sua participação nas organizações internacionais. Impossibilidade do IRB ou ATRICON serem membros da INTOSAI.

Muito embora tenha ficado evidenciada a diferença de maturidade dos Tribunais em relação a estes problemas, a busca por uma solução compartilhada contribuirá com todos.

Não existem estudos oficiais das entidades representativas do Sistema Tribunais de Contas, nem foram localizados estudos acadêmicos que pudessem apontar metodologicamente as causas deste problema. Contudo, a coleta de depoimentos dos participantes e representantes dos Tribunais no Projeto indica algumas **possíveis causas**:

- Foco de atuação na conformidade e na aplicação de sanções.
- Procedimentos de fiscalização estabelecidos por normativos internos e díspares dos padrões profissionais.
- Multiplicidade de iniciativas de construção de ferramentas de TI para apoio às fiscalizações (cada Tribunal constrói sua solução).
- Dificuldade no acesso à especialistas em normas de auditoria do setor público, para darem capacitações.
- Divergência de entendimento conceitual da função de controle externo no Brasil (para que serve o Tribunal? Qual seu objetivo? Quais seus macroprocessos principais?).
- Ausência de aplicação de critérios de seletividade baseados em materialidade, risco, relevância e oportunidade para a escolha das fiscalizações em auditoria².
- Ausência de entidade com *enforcement*, em relação à aplicação de normas profissionais.

As entidades representativas do Sistema Tribunais de Contas, como IRB e ATRICON, já tiveram ações para contribuir com o aperfeiçoamento das contratações públicas, como por exemplo: o PROMOEX, o MMDTC e os Laboratórios de Boas Práticas dos Tribunais, a publicação das NBASPs, Rede INFOCONTAS, os grandes

² Constatação evidenciada na avaliação do MMDTC/ATRICON.

eventos e Congressos, os produtos dos Comitês e Comissões etc.

Mas, grande parte destas ações sofrem descontinuidade nas trocas de gestões das entidades, não há *enforcement* das Entidades por serem associações de direito privado, muitas ações são sobrepostas e não há fácil acesso ao registro histórico dos produtos destas ações e seus resultados (insuficiência de gestão do conhecimento).

Destaque-se, que o advento da nova Lei de Licitações impôs uma mudança de atuação do Controle Externo brasileiro, que, em linhas gerais, pode ser resumida no Quadro 2, a seguir, de forma comparativa:

Quadro 2 – Comparativo de atuação do Controle Externo antes e depois da Lei 14.133/21

Atuação antes da Lei 14.133/21	Atuação após a Lei 14.133/21
Foco em Controle de Conformidade	Como linha de defesa (art. 169) – dever de apontar os controles internos que estão falhando, as causas das irregularidades e mitigação de riscos (§ 3, I e II) – foco no desempenho e na auditoria operacional
Procedimentos internos de fiscalização, em geral: Análise prévia de editais, inspeções, denúncia/representação (verificação de conformidade), auditorias de conformidade.	Normas de auditoria do setor público (art. 171, II)
Fiscalização de todas as denúncias, representações ou editais/contratos (conforme valor de alçada definido).	Materialidade e relevância.

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Por isso, há razões legais para que o IRB e as demais entidades representativas atuem na solução dos problemas identificados. Sem contar com as manifestações de auditores e Conselheiros, recebidas ao longo do Projeto USTDA-IRB, sobre a necessidade e urgência de mudança na forma de atuação dos Tribunais de Contas na fiscalização das contratações públicas³.

³ *Feedbacks* de auditores do TCE/SP, TC/DF, representantes dos Tribunais participantes do piloto e participantes da Semana Nacional de Capacitação em Auditoria das Contratações Públicas (realizada de 5 a 9 de setembro de 2024, no TCM/SP).

3 PROPOSTAS DE SOLUÇÕES

Considerando as recomendações dadas no relatório da tarefa 3 do Projeto USTDA-IRB, e os problemas comuns apontados no item anterior, sugere-se, no Quadro 3, como solução para os problemas apontados, as seguintes propostas:

Quadro 3 – Problemas, sugestões de solução e produtos esperados

PROBLEMAS	SUGESTÕES DE SOLUÇÃO	PRODUTOS ESPERADOS
Auditoria de <i>best value</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Campanhas de divulgação de auditorias de <i>best value</i>. 2. Divulgação e fomento à implementação do Manual de auditoria de contratações públicas. 3. Estudos e campanhas de divulgação de benefícios alcançados com auditorias de <i>best value</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> - Campanhas - Página no site do IRB (divulgação dos estudos e benefícios).
Implementação de Normas Profissionais e Manuais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sugestão de critérios para verificação de auditoria de <i>best value</i> e protocolos de identificação de fraude no MMDTC. 2. Retomada dos Fóruns de Auditoria <i>in company</i>. 3. Ações na REDE INTEGRAR: ação 2025 de implementação da metodologia do Manual de Auditoria de contratações. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sugestões de critérios de avaliação. - Realização dos Fóruns. - Realização de auditorias piloto no Projeto Integrar.
Protocolos de detecção de fraude	<ol style="list-style-type: none"> 1. Formação de especialistas: bolsa de estudo/certificação para auditores multiplicadores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Auditores certificados - Cursos de multiplicação

<p>Tecnologia da Informação</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Grupos de estudos temáticos para identificação de riscos, dados, base de dados e tipologias. 2. Criação de protocolos de cooperação para desenvolvimento e financiamento de soluções nacionais. 3. Coordenação com Comitês de TI sobre desenvolvimento de soluções de apoio às auditorias, incluindo PNCP. 4. Coordenação com Rede INFOCONTAS sobre gestão do conhecimento produzido pelos grupos de estudo temático e coordenação com comitê de TI. 	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão do conhecimento em auditorias de contratações - abordagem baseada em dados (riscos, dados, base de dados, tipologias etc.). - Protocolos de cooperação em soluções de TI. - Possíveis produtos das soluções de coordenação (TI e INFOCONTAS): <ul style="list-style-type: none"> - APIs - Interface de Programação de Aplicações entre soluções desenvolvidas. - <i>Dashboard</i> nacional. - Sistema nacional de apoio às auditorias de contratações públicas.
<p>Capacitação</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Projeto Nacional de Capacitação em normas de auditoria do setor público, auditoria de <i>best value</i>, detecção de fraude, <i>data analysis</i>, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> - Contratação de auditores experientes (do Brasil ou do exterior) para realização de cursos; ou - Formação no exterior de auditores multiplicadores (projeto PESA, imersão em outras ISCs etc.). 2. Coordenação com Comitês EDUCONTAS - de Aperfeiçoamento Profissional. 	<p>Plano Nacional de Desenvolvimento de Capacidades Profissionais. Capacitações e eventos. Formação de Multiplicadores.</p>
<p>Entidade Coordenadora Nacional</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar estrutura permanente de pessoal (independente das trocas de gestão) - maior estrutura para o IRB alcançar o objetivo de orientação, liderança e coordenação. 2. Destinar orçamento para grandes projetos. 3. Criar a Rede de Auditoria em Contratações Públicas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Equipe permanente criada. - Orçamento disponibilizado. - Ações de coordenação entre comitês e outras entidades e gestão da informação.

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

As soluções propostas têm viabilidade técnica. Politicamente, as soluções demandam aprovação da Diretoria do IRB.

E, considerando as recomendações da consultoria em relação à capacidade organizacional do IRB e metas corporativas, as soluções demandam uma (re) estruturação de recursos humanos e orçamentários do Instituto, revisão de seu planejamento estratégico e de governança, melhoria dos recursos tecnológicos, de comunicação: ampliação de ações em relações institucionais; gestão de pessoas e conhecimento organizacional.

Com a aprovação das propostas de soluções, a Rede de Auditoria em Contratações Públicas deverá desenvolver seu Regimento Interno, seu plano de ação, detalhando as etapas para a implementação das soluções propostas, os responsáveis, cronogramas, indicadores, metas, formas de dar transparência e prestar contas de suas ações.

Ao buscar solucionar os problemas levantados, espera-se um impacto na melhoria das auditorias de contratações públicas realizadas pelos Tribunais de Contas e, indiretamente, uma melhoria das próprias contratações públicas brasileiras.

4 COORDENAÇÃO COM OUTROS ATORES

O desenvolvimento das soluções aqui propostas deve considerar como requisitos de alto nível:

- O reconhecimento da autonomia e independência dos Tribunais de Contas e necessidades deles trabalharem em REDE COOPERATIVA.
- O reconhecimento das entidades representativas do sistema Tribunais de Contas no Brasil (IRB, ATRICON, CNPTC, AUDICON, ANTC, AMPCON, CNPGC etc.), e o importante papel que desempenham, sendo condição obrigatória de suas participações neste sistema ou rede.
- A necessidade de articulação com os órgãos internos do IRB, seus produtos e ações (Comitês Técnicos, Comissões e Diretorias).
- A necessidade de articulação com as REDES COLABORATIVAS já existentes no Controle Externo (INFOCONTAS, INDICON, INTEGRAR etc.).
- A importância de participação do TCU no compartilhamento das informações que recebe, como representante do Brasil na INTOSAI.
- O reconhecimento da complexidade do setor de contratações públicas no Brasil e a necessidade de estudos permanentes por área econômica de

contratação pública, interação com especialistas e gestão do conhecimento destes estudos, no âmbito de auditorias das contratações pública.

Além disso, a coordenação com outros atores e partes interessadas é fundamental para o sucesso do projeto, conforme demonstra-se no Quadro 4.

Quadro 4 - Partes interessadas do Sistema Tribunais de Contas

Parte Interessada	Entidade	Possível interesse no Projeto	Possível participação na Rede
Diretoria	IRB	Implementar as recomendações apontadas pela consultoria, no Acordo IRB-USTDA.	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação da criação da Rede. - Aprovação de orçamento para o projeto. - Aprovação das mudanças organizacionais recomendadas.
CT de Estudos e Sistematização da Administração Pública	IRB	<p>GT1- Repercussão das normas de auditoria nos processos regulamentados pelos códigos de processos nos Tribunais.</p> <p>GT1- Tratamento dado pela nova lei de licitações aos processos do Tribunal.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Produção de artigos científicos, Papers ou textos de discussão sobre a temática.
CT Gestão de Pessoas	IRB	Desenvolvimento de quadro de competências profissionais em auditoria de contratações. Trabalhos de certificação profissional em auditoria de contratações ou identificação de fraudes.	<ul style="list-style-type: none"> - Proposta de sugestão de exigência de horas-capacitação em auditoria, por ano, para os auditores. - Proposta de criação de certificações profissionais no âmbito do Controle Externo.

<p>CT Corregedorias, Ouvidorias, Controles Interno e Social</p>	<p>IRB</p>	<p>Ouvidorias - formas de recebimento de denúncias de cidadãos. Controle Social - acessar o conhecimento levantado e formas de parceria com o controle social nas auditorias. Corregedorias - tratamento de situações de violações dos princípios profissionais por auditores.</p>	<p>- Subsidiar a Rede das principais manifestações envolvendo contratações públicas.</p>
<p>CT Jurisprudência, Súmula e Processo</p>	<p>IRB</p>	<p>Entendimento do processo de trabalho de auditoria das contratações públicas.</p>	<p>- Subsidiar a Rede das principais jurisprudências envolvendo contratações públicas.</p>
<p>CT Gestão da Informação e do Conhecimento</p>	<p>IRB</p>	<p>Gestão da informação sobre auditoria das contratações públicas.</p>	<p>- Auxiliar a Rede com metodologias de gestão da informação e do conhecimento.</p>
<p>CT Educação</p>	<p>IRB</p>	<p>Acessar o conhecimento sobre auditoria de contratações públicas relacionadas com políticas de educação.</p>	<p>- Auxiliar no levantamento de riscos ou métricas de avaliação de desempenho dos contratados.</p>
<p>CT Avaliação de Indicadores REDE INDICON</p>	<p>IRB</p>	<p>Acessar o conhecimento.</p>	<p>- Apresentar os itens que compõem o IEGM/IEGE relacionados com contratações públicas. - Apresentar outras métricas de avaliação de indicadores.</p>
<p>CT Auditoria</p>	<p>IRB</p>	<p>Assegurar que o Manual de Auditoria das Contratações esteja em conformidade com as NBASPs.</p>	<p>- Publicar a tradução e integração às NBASPs das demais normas do IFPP, em especial GUID5280, GUID combate à corrupção, GUID indicadores chave.</p>

CT Concessões, Parcerias Público- Privadas e Privatizações	IRB	Acessar o conhecimento gerado pela Rede.	- Compartilhamento de papéis de trabalho, identificação dos dados necessários para análises e tipologias de cruzamento de dados.
CT Governança	IRB	Acessar o conhecimento sobre auditoria de contratações públicas relacionadas com critérios de governança institucional e governança de contratações dos entes públicos.	- Subsidiar a Rede com conhecimentos sobre governança e auxiliar na atualização do manual de auditoria de contratações.
CT Aperfeiçoamento Profissional	IRB	Acessar o conhecimento gerado pela Rede. Identificar especialistas para serem docentes. Acessar o projeto de plano de desenvolvimento de capacidades de auditoria das contratações.	- Organização de ações de capacitação nacional. - Manter o Portal IRB Conhecimento organizado e atualizado com as capacitações em auditoria do setor público. - Participar da construção do Plano de Desenvolvimento de Capacitações.
CT Meio Ambiente e Sustentabilidade	IRB	Acessar o conhecimento gerado pela Rede.	- Compartilhamento de papéis de trabalho, identificação dos dados necessários para análises e tipologias de
CT Obras e Engenharia	IRB	Acessar o conhecimento gerado pela Rede.	- Compartilhamento de papéis de trabalho, identificação dos dados necessários para análises e tipologias de cruzamento de dados.

CT Saúde	IRB	Acessar o conhecimento gerado pela Rede.	- Compartilhamento de papéis de trabalho, identificação dos dados necessários para análises e tipologias de cruzamento de dados.
CT Tecnologia, Governança e Segurança da Informação	IRB	Acessar o conhecimento gerado pela Rede, em especial, a catalogação dos dados necessários para as fiscalizações.	- Auxiliar no desenvolvimento de ferramentas tecnológicas ou sistemas com abordagem baseada em dados.
ATRICON	ATRICON	Acessar o conhecimento gerado pela Rede.	- Apoiar as diversas ações desse projeto. - Compartilhar as boas práticas e métricas do MMDTC. - Coordenar ações estratégicas com os objetivos da Rede.
CNPTC	CNPTC	Acessar o conhecimento gerado pela Rede.	- Apoiar as diversas ações desse projeto.
AUDICON		Acessar o conhecimento gerado pela Rede.	- Apoiar as diversas ações desse projeto.
AMPCON		Acessar o conhecimento gerado pela Rede.	- Apoiar as diversas ações desse projeto.

IBRAOP	IBRAOP	Acessar o conhecimento gerado pela Rede.	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar as diversas ações desse projeto. - Promover ações de capacitação em auditoria. - Compartilhar as orientações técnicas. - Mobilização dos auditores para participarem da Rede.
ANTC	ANTC	Acessar o conhecimento gerado pela Rede.	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar as diversas ações desse projeto. - Promover ações de capacitação em auditoria. - Mobilização dos auditores para participarem da Rede.
REDE INFOCONTAS	IRB ATRICON	Fortalecimento das ações da Rede Infocontas, em especial, aquelas relacionadas à identificação, tratamento e uso dos dados necessários à automatização das auditorias de contratações públicas.	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar as diversas ações desse projeto. - Participar de reuniões para definição dos dados necessários e as tipologias relacionadas à automatização das auditorias de contratações públicas.
Comissão Conjunta da nova lei de licitações	ATRICON IRB TCU	Portaria conjunta 1/24. Interesse em conhecer o projeto USTDA-IRB e o Manual de Auditoria de <i>best value</i> .	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar as ações do projeto. - Fomentar a aplicação do Manual, para realização de auditorias, com objetivo de analisar a estratégia e tática dos entes públicos na aplicação da nova lei de licitações.

REDE INTEGRAR	IRB ATRICON TCU	Metodologia do Manual de Auditoria de Contratações.	- Incluir no Plano Anual de Ações Coordenadas a difusão da metodologia.
REDE DOS SECRETÁRIOS	IRB ATRICON	Melhoria das Auditorias de Contratações Públicas por meio da: - Capacitação de seus auditores. - Adoção e aplicação das Normas de Auditoria de Contratações Públicas. - Adoção e aplicação do Manual de Auditoria de Contratações Públicas.	- Apoiar as diversas ações desse projeto. - Divulgar as ações e os produtos do projeto, internamente, para seus superiores e subordinados.
Tribunais de Contas		Ter seus Membros e Auditores capacitados e com acesso ao conhecimento gerado. Acessar o conhecimento para implementação de normas profissionais.	- Viabilizar a participação dos Membros e servidores na Rede. - Organizar eventos e encontros como entidade sede. - Viabilizar recursos ao IRB para o desenvolvimento das recomendações propostas pela consultoria (manutenção de equipe fixa, desenvolvimento de sistemas, de cursos de capacitação etc.).

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

5 TRIBUNAIS DO PROJETO PILOTO



The image features a hand holding a pen, rendered in a light blue, semi-transparent style. A low-poly, geometric pattern of various shades of blue is overlaid on the entire scene, creating a modern, digital aesthetic. The word "ANEXOS" is centered in a bold, dark blue font.

ANEXOS

ANEXO I- RESUMO EXECUTIVO DAS PROPOSTAS



ANEXO II- DOCUMENTOS DO PROJETO IRB/USTDA



